

A legislação, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, ao dispor sobre os efeitos da Solução de Divergência, reza que, solucionado o desacordo, a Cosit deve preparar ato específico, qual seja, a minuta da Solução de Divergência, cuja ementa deve ser publicada no Diário Oficial, quando se terá o início de seus efeitos. É o que se depreende dos dispositivos legais abaixo transcritos:

**“Lei nº 9.430, de 27.12.96** (*Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.*)

Art. 48. (...)

§ 11. **A solução da divergência acarretará, em qualquer hipótese, a edição de ato específico, uniformizando o entendimento, com imediata ciência ao destinatário da solução reformada, aplicando-se seus efeitos a partir da data da ciência.**

**Instrução Normativa SRF nº 230, de 25 de outubro de 2002, DOU de 29.10.2002** (*Dispõe sobre a consulta a cerca da interpretação da legislação tributária e da classificação de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal.*)

Art. 16. (...)

§ 4º **Da Solução da Divergência será dada ciência imediata ao destinatário da solução reformada, aplicando-se seus efeitos a partir da data da ciência, observado, conforme o caso, o disposto no § 6º ou no § 7º do art. 14.”**

Não resta dúvida, portanto, quanto à possibilidade de aplicação do percentual de 8% para a composição da base de cálculo do IRPJ para fins de determinação do lucro presumido a partir da data de publicação da Solução de Divergência, que, no presente caso, ocorreu em 21 de julho de 2003.

Há quem diga ser necessária a edição de ato normativo pela Secretaria da Receita Federal para que os contribuintes possam gozar de tal redução. Todavia, salvo melhor juízo, não compartilhamos de tal entendimento, uma vez que nenhum ato administrativo expedido pela SRF terá o condão de alterar a Lei Ordinária nº 9.249, de 26/12/1995, que dispõe sobre a matéria. Somente outra Lei Ordinária, ou de nível hierárquico superior, poderia alterar a Lei nº 9.249/95.

Por outro lado, entendemos também que a edição da Solução de Divergência nº 11 não implicou em alteração da Lei nº 9.249/95. Tal assertiva se sustenta no fato de que seu conteúdo – da Lei – não fora modificado, mas somente sua interpretação. A SRF, por meio da Solução de Divergência nº 11, expôs aos contribuintes o seu entendimento a cerca do disposto na Lei nº 9.249/95, não ensejando a necessidade de alteração do mencionado dispositivo.

## **II. A necessidade de decisão judicial para que se proceda à compensação dos valores recolhidos nos últimos dez anos.**

O segundo ponto abordado diz respeito à compensação da diferença do montante recolhido a título de IRPJ apurado com a aplicação do percentual de 32% na composição da base de cálculo do tributo.

Para esclarecermos essa questão, traremos, novamente, a legislação que dispõe sobre os efeitos da Solução de Divergência. Vejamos:

**“Lei nº 9.430, de 27.12.96**

§ 11. **A solução da divergência acarretará, em qualquer hipótese, a edição de ato específico, uniformizando o entendimento, com imediata ciência ao destinatário da solução reformada, aplicando-se seus efeitos a partir da data da ciência.**

§ 12. Se, após a resposta à consulta, a administração alterar o entendimento nela expresso, **a nova orientação atingirá, apenas, os fatos geradores que ocorreram após dada ciência ao consultante ou após a sua publicação pela imprensa oficial.**

**Instrução Normativa SRF nº 230, de 25.10.02**

Art. 14. (...)

§ 6º **Na hipótese de alteração de entendimento expresso em Solução de Consulta, a nova orientação alcança apenas os fatos geradores que ocorrerem após a sua publicação na imprensa oficial** (...)

Art. 16. (...)

§ 4º **Da Solução da Divergência será dada ciência imediata ao destinatário da solução reformada, aplicando-se seus efeitos a partir da data da ciência, observado, conforme o caso, o disposto no § 6º ou no § 7º do art. 14.”**

O texto legal é claro ao determinar que a nova orientação alcança apenas os fatos geradores que ocorrerem após a sua publicação na imprensa oficial, ou seja, no presente caso somente após 21 de julho de 2003.

Desse modo, a compensação administrativa de tais valores, desamparada de ordem judicial, certamente acarretará em uma autuação fiscal com a exigência do valor principal do tributo, acrescido de multa e juros.

Portanto, orientamos os interessados em compensar o montante pago a maior nos últimos anos a ingressar com a competente ação judicial, procedendo a compensação após decisão final favorável à pretensão.

**Continua na próxima edição.**

*Dra. Adriana Franco de Souza, é advogada da Área Tributária da Bueno Barbosa, Assessoria Jurídica do CBR*